

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - DEC
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO

ANTONIO LAURENTINO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DO MST EM
ASSENTAMENTOS PARAIBANOS**

JOÃO PESSOA - PB
2018

ANTONIO LAURENTINO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DO MST EM
ASSENTAMENTOS PARAIBANOS**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia à banca examinadora no Curso Pedagogia - Área de Aprofundamento em Educação do Campo do Centro de Educação (CE), Campus I da Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Professor Me. Ricardo de Carvalho Costa

JOÃO PESSOA - PB
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Antonio Laurentino da.

A Educação de Jovens e Adultos na Perspectiva do MST em Assentamentos Paraibanos / Antonio Laurentino da Silva.

- João Pessoa, 2018.

40 f.

Orientação: Ricardo de Carvalho Costa.

Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Educação do Campo, EJA, Assentamento. I. Costa, Ricardo de Carvalho. II. Título.

UFPB/BC

ANTONIO LAURENTINO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DO MST EM
ASSENTAMENTO PARAIBANOS**

Monografia de graduação apresentada ao Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo.

RESULTADO: Aprovado NOTA: 10

João Pessoa, 07 de Novembro de 2018

Assinatura do autor: Antonio Laurentino da Silva

APROVADO POR:

Ricardo de Carvalho Costa
Orientador Prof. Me. Ricardo de Carvalho Costa

Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Examinadora Prof.^a. Dar Ana Paula Romão de Souza Ferreira

Severina Andréa Dantas de Farias
Examinadora Prof.^a. Dr.^a. Severina Andréa Dantas de Farias

JOÃO PESSOA - PB
2018

Ao nosso Deus que nos criou, seu fôlego de vida em mim foi o suficiente para concluir meu trabalho, a minha mãe Ana Francisca da Silva (*in memoriam*), que em vida sonhou com esse momento e a todos que torceram pela minha conquista. Meu eterno obrigado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela misericórdia infinita, dando-me força nesta longa jornada.

Aos meus pais que sonharam em me ver em uma universidade, dando-me suporte financeiro, moral e exemplos de dignidade.

Aos amigos Larissa Fernandes, Luiz Eduardo e Felipe Nunes, que me ajudaram nos momentos difíceis, confortando-me com palavras de incentivo.

Às minhas irmãs, Maria das Neves e Josélia, que nunca deixaram de crer na minha vitória.

Às minhas sobrinhas, Thamires e Angélica, que dividiram comigo momentos de angústias e alegrias, recheados de sonhos e sustentados pela confiança de que o melhor estava por vim.

Às professoras, Dr^a. Severina Andrea e Dr^a. Francisca Alexandre, por me motivarem a lutar pela realização de meus objetivos e darem o carinho e atenção necessários para apaziguar meus anseios.

Ao meu orientador, Professor Ricardo de Carvalho Costa, que com muita paciência guiou-me por caminhos significativos que favoreceram a construção de meu trabalho monográfico.

Aos amigos de sala, Leila Félix, Luciano Vieira, Adriano Garcia, Glaucileide Nunes, Erivan Alves, Mikaela Dayser, Djúlia Franciele, Jailsom Batista e Luana Lopes, pelo apoio. Sofreram junto comigo e doaram o máximo de conforto e incentivo que eu necessitava.

E, por fim, agradeço a todos que me ajudaram a construir minha árdua, mas vitoriosa história.

Só entende a razão de viver do campo quem
precisou lutar para da terra sobreviver.

Antônio Laurentino

RESUMO

Este trabalho tem como temática a educação de jovens e adultos na perspectiva do MST. cujo objetivo foi o de perceber como se aplica a educação de jovens e adultos na perspectiva do MST. Quanto aos objetivos específicos, elencamos: discutir a EJA no MST; analisar a metodologia de Educação de Jovens e Adultos desenvolvidos pelo MST na Paraíba e descrever a EJA na visão do MST. A literatura utilizada na pesquisa contou com cadernos da EJA, matérias do MST, e artigos científicos. A metodologia utilizada foi do tipo qualitativa exploratória, realizada em assentamentos na Paraíba, especificamente no Assentamento Zumbi dos Palmares na cidade de Mari e no assentamento Nova Vivencia na cidade de Sapé, onde foram aplicados um questionário a três professores, analisados a partir da análise de conteúdo. Os resultados foram divididos em quatro categorias de análise: movimentos sociais e capacitação, a relação da EJA com os movimentos sociais, a metodologia aplicada e as dificuldades na EJA no MST. Essa pesquisa serve como conhecimento e identificação de como acontece a educação de jovens e adultos – EJA - na perspectiva do MST, na atualidade, e qual é a contribuição na aprendizagem e na vida dos alunos, no sentido de refletir, rever a metodologia aplicada e o verdadeiro papel da escola na sociedade.

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação de Jovens e Adultos. Assentamento.

ABSTRACT

This work had the theme of youth and adult education from the perspective of the MST. Its objective was to understand how the education of young people and adults from the MST perspective applies. The specific objectives were: to discuss the EJA in the MST; analyze the methodology of Youth and Adult Education developed by the MST in Paraíba and describe the EJA in the vision of the MST. The literature used in the research included EJA notebooks, MST articles, and scientific articles. The methodology used was of the qualitative exploratory type, carried out in settlements in Paraíba, specifically in the Zumbi dos Palmares settlement in the city of Mari and in the settlement Nova Vivencia in the city of Sapé, where a questionnaire was applied to three teachers, analyzed from the analysis of content. The results were divided into four categories of analysis: social movements and training, the relationship between EJA and social movements, the applied methodology, the difficulties in the EJA in the MST. This research serves as knowledge and identification of how the education of youth and adults - EJA in the perspective of MST, and what is the contribution in learning, and in the life of the students, to reflect and review the applied methodology and the true role of school in society.

Keywords: Field Education. Youth and Adult Education. Settlement

LISTA DE SIGLAS

EDUCAMPO – Educação do Campo

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MEC – Ministério da Educação.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

PEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSS – Processo Seletivo Simplificado

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO	19
2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DO MST.....	23
2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA BREVE EXPLANAÇÃO	26
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
3.1 CATEGORIAS	30
3.1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E CAPACITAÇÃO	30
3.1.2 RELAÇÃO DA EJA COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS	32
3.1.3 METODOLOGIA APLICADA	33
3.1.4 DIFICULDADES ENFRENTADAS	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE	39

MEMORIAL

Através deste memorial, apresento um relato das minhas atividades durante o período escolar no ensino fundamental, ensino médio e acadêmico. O referente trabalho terá a função de informar sobre minha trajetória estudantil e as possíveis dificuldades que enfrentei ao longo dessa minha jornada de construção do conhecimento. Confesso que descrever a mim mesmo é um exercício que me desconcerta. Contudo, paradoxalmente, serve como maneira de manter meu equilíbrio identitário. Nesse sentido, o memorial possibilita-nos ter uma concepção qualitativa do significado e desdobramentos de nossa vida, além de auxiliar na reflexão sobre nossas aprendizagens.

Este memorial tem a finalidade de mostrar as dificuldades que enfrentei ao longo dos anos do meu processo de escolarização, até conseguir ingressar no ensino superior. Escrever esse memorial representou uma das mais emocionantes experiências da minha vida, pois na medida em que fui relembando os fatos, um filme carregado de lembranças foi rebobinado lentamente em meus pensamentos, possibilitando-me reviver instantes alegres, tristes e de superação.

Os passos árduos seguidos pelos dias de preocupação que enfrentei para chegar ao final dessa trajetória proporcionaram-me uma melhor compreensão de mundo, ajudaram-me a adquirir informações e construir conhecimentos significativos, contribuindo, assim, para me tornar um profissional apto e atuante na mudança da realidade e desenvolvimento de um futuro melhor. Dessa forma, nos parágrafos a seguir revelarei alguns fatos ocorridos que influenciarem no meu processo de ensino-aprendizagem escolar.

Sou Antônio Laurentino, nasci em 12 de dezembro de 1978, no município de Mari-PB, membro de uma família humilde, porém batalhadora. Tenho duas irmãs e três irmãos. Dentre eles, fui o único a se interessar em estudar. Sempre estudei em escolas públicas e enfrentei muitas dificuldades.

Recordo-me com detalhes do meu primeiro dia de aula na educação infantil: carregava uma mochila nas costas e ao olhar para trás deparei-me com meus pais olhando-me de maneira radiante, da janela da nossa casa de tijolo “cru” que ficava na zona rural de Mulungu-PB, cujas paredes nunca foram pintadas. A escola que frequentava, nessa época, tinha duas salas muito quentes, pois não havia energia elétrica. Geralmente chegava em casa por volta das onze horas da manhã e nem sempre tinha o que comer, pois minha família enfrentava consideráveis dificuldades financeiras. Além disso, minha irmã levava-me para cortar capim para os animais

do meu pai, como não tínhamos as tecnologias que temos hoje, costumava realizar essa tarefa manualmente, ainda assim as praticavam de bom grado.

Infelizmente, no decorrer dos anos, enfrentei muitos outros momentos de turbulências, vivi algumas experiências que me provocaram tristeza, angústia e medo. Dentre elas, a que mais provocou tormento e, posteriormente, revolta foi o abuso sexual que sofri aos sete anos de idade, praticado por um primo mais velho. No início era apenas um contato físico desprezioso e esporádico, mas com o passar do tempo tornou-se uma prática constante em que meu corpo era explorado de forma vil, causando-me dor, raiva e auto depreciação.

Houve dias em que eu apanhava por não dizer o motivo do meu choro. Lamentavelmente ninguém percebia que, algumas vezes, eu chegava em casa sangrando, com dores. Meu primo ameaçava-me diariamente. Enfatizava que, caso eu o denunciasse, mataria minha mãe. Com isso, minha vida na escola tornou-se um peso, meus colegas não queriam mais brincar comigo e, nas vezes que permitiam que se juntasse na roda de brincadeiras, tratavam-me com desdém e me diziam palavras depreciativas que me angustiavam.

Recordo-me que, quando estava cursando a quarta série do ensino fundamental, meu pai proibiu que continuasse frequentando à escola, pois precisava que eu o ajudasse no rebanho de seus gados. A partir desse episódio, minha vida escolar pausou. Até fiz outras tentativas de estudar no período da noite na EJA. Porém fracassei, já que meu pai seguia irredutível e contava com meu apoio na realização das atividades de casa, o que dificultava a concretização do meu sonho de seguir estudando.

Aos 18 anos de idade mudei-me para o Rio de Janeiro. Comecei a trabalhar e renasceu a minha vontade de retomar os estudos. Matriculei-me no ensino supletivo e, finalmente, consegui concluir a quarta série. Em seguida retornei a Mari, para zona rural de Mulungu. Matriculei-me novamente no ensino supletivo com o intuito de concluir a segunda etapa do ensino fundamental. Cursei da quinta à oitava séries em um período de um ano e seis meses. Já o ensino médio regular cursei em uma escola estadual que ficava em Mari. Nessa fase já nutria o desejo de ingressar na universidade. Fiz algumas tentativas em que não obtive o êxito. Logo, desmotivei-me diante de tantos fracassos.

Arquivei o sonho acadêmico por um tempo e voltei a me dedicar exclusivamente ao trabalhar assalariado (alugado) no campo. Plantei e limpei mandioca, além exercer atividades braçais em plantações de abacaxi. Assim se passaram cinco anos. Como não queria viver eternamente desempenhando esse tipo de atividade, decidi voltar a estudar novamente. Por intermédio de minha mãe e auxílio de uma prima professora inscrevi-me no curso do magistério em uma escola que ficava na cidade de Sapé.

Agarrei a oportunidade com vigor, tendo em vista que a prioridade do curso era direcionada para egressos da oitava série do ensino fundamental e, no meu caso, já havia concluído o ensino médio. Dediquei-me com veemência a essa nova fase de estudo. Lembro-me que nessa época costumava sair de casa por volta do meio-dia para pegar o ônibus que transportava estudantes para as escolas de Mari e de lá pegava um segundo ônibus (nesse caso, tinha que pagar passagem) para Sapé para estudar.

As aulas terminavam tarde e, conseqüentemente, no retorno perdia a carona no ônibus de Mari. Desse modo, tinha que caminhar a pé durante cerca de meia hora até chegar em casa. Um dos episódios que me marcou durante o primeiro ano que cursava o magistério foi a doença de minha mãe que culminou na amputação de uma de suas pernas. Tal fato dificultou minha trajetória, haja vista que minha mãe era a minha fonte de força, sustentação e incentivo contínuo. Além disso, precisei dedicar-me ao seu tratamento de maneira a sanar suas dores. Proporcionando-lhe o máximo de bem-estar possível.

Durante a tarde minha mãe ficava aos cuidados de minha prima, já que nesse horário eu estava assistindo aulas em Sapé. Contudo, devido minha preocupação com o estado de saúde de minha mãe, meu rendimento escolar reduziu um pouco. Contudo, nesse mesmo período, participei da prova do ENEM e consegui uma bolsa de estudos para o curso de jornalismo, em uma faculdade particular em João Pessoa. Tal fato devolveu um pouco da minha alegria e fez reacender o sonho de iniciar um curso superior. Porém, seria necessário deslocar-me até João Pessoa e, nesse período, não tinha outra pessoa disponível para cuidar de minha mãe. Logo, tive que desistir desse projeto mais uma vez.

Outro fato que me entristecia era o ódio que meu pai nutria por mim em consequência da minha orientação afetivo-sexual. Apesar de não me agredir fisicamente, sempre que possível, dizia que se tivesse um filho gay o mataria! Esse discurso torturava-me, deixava-me triste, apreensivo e confuso.

Lembro-me que quando estava no último ano do curso do Magistério, apesar da luta diária que se dividia em cuidar da minha mãe e fazer as atividades escolares, sentia-me cheio de esperança e com a alegria renovada, pois retribuir o carinho e dedicação que ela sempre teve comigo revigorava-me a alma. Esses sentimentos corroboraram meu otimismo para concluir e começar a lecionar. Meu grande sonho, nessa época, era levar minha mãe para assistir minha formatura. De maneira que ela pudesse constatar que todos os seus esforços (como por exemplo, pedir dinheiro emprestado para financiar meus estudos) valeram a pena e seu filho, enfim, subiria mais um importante degrau na vida.

Todavia, o mês de setembro do ano de 2011, provocou-me uma profunda tristeza: a segunda perna da minha mãe foi afetada pela doença, provocando o agravamento de seu estado de saúde, levando-a a óbito no dia 11 do referido mês. Assim, acabei ficando internamente solitário na minha colação que ocorreu em dezembro daquele ano. Foi um evento paradoxal: ao mesmo tempo que me proporcionou alegria, deixou-me completamente triste por causa da ausência da minha amada mãe. Nesse mesmo período, inscrevi-me no penúltimo processo seletivo realizado pela própria UFPB para pedagogia do campo e consegui ser aprovado.

Recordo-me dos detalhes dessa fase com bastante precisão. Foi um primo meu quem me informou da minha aprovação para primeira entrada no curso de Pedagogia do Campo, na Universidade Federal da Paraíba. Levei alguns instantes para crer na veracidade dessa informação, mesmo olhando várias vezes meu nome na lista dos aprovados que constava no jornal que ele segurava nas mãos. A propósito, guardo até hoje esse jornal como um lembrete constante da minha vitória e concretização de mais um sonho.

Vale ressaltar que na noite que antecedia o dia da matrícula, não consegui dormir. Estava ansioso, inquieto. Preparei todos os documentos e, finalmente, realizei minha matrícula. A partir daí fazia parte, oficialmente, de um dos mais conceituados institutos educacionais federais do país. Tudo era novidade e, ao mesmo tempo que me causava fascínio, amedrontava-me.

O ingresso na UFBP significou mais uma grande reviravolta na minha vida, modificando minha rotina. Foi necessário mudar-me para a zona urbana, pois as aulas eram à noite e na zona rural não tinha transporte gratuito para os estudantes universitários. Deixar meu pai sozinho foi terrível, mas eu desejava com muito vigor concretizar meu desejo de me graduar no ensino superior. O começo foi bastante complicado. Demorei um tempo para me adaptar a realidade do centro urbano, mas segui firme e acabei acostumando-me com os costumes e dinâmicas da cidade.

E assim cheguei na reta final do curso de Pedagogia do Campo. Atualmente, trabalho em uma escola no município de Sapé como agente administrativo. Também já lecionei em salas multisseriadas que foi uma das mais difíceis tarefas que enfrentei, mas que serviram para me fortalecer. Ao longo desses anos meu pai adoeceu de Alzheimer e a história repete-se: sou eu quem cuida dele. E, nesse processo, tento reconciliar trabalho e estudos.

Portanto, essa narrativa desenvolvida até aqui expressa uma parte importante da minha história estudantil, uma caminhada repleta de luta, de esperança, de tristezas e felicidades e de muita fé em Deus. Pois sigo crendo em futuro melhor e na conquista de novas vitórias, pois aquele menino que teve uma infância conturbada e cheia de obstáculo transformou-se no Pedagogo Antônio.

1 INTRODUÇÃO

A educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação escolar ou aqueles que a abandonaram por motivos pessoais ou para trabalhar e assim ajudar na despesa familiar, por exemplo. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo principal perceber como se aplica a Educação de Jovens e Adultos na Perspectiva do MST com a EJA.

Para isso, temos como objetivos específicos: discutir a EJA no MST; analisar a metodologia de Educação de Jovens e Adultos desenvolvidas pelo MST na Paraíba; descrever a EJA na visão do MST.

A EJA não se limita apenas em ensinar a ler e escrever. É uma interligação de conhecimentos em que inseri o indivíduo na sociedade diante de sua realidade, com um olhar crítico e libertador. Tais ações tornam o cidadão conscientes de seus direitos e deveres na sociedade que estão inseridos. É importante valorizar cada ser humano com suas particularidades, com seus conhecimentos muitas vezes ocultos e que só necessita de um pouco de motivação, de alguém que acredite e o incentive. Tal processo dá-se a partir de diálogos e discussões de suas ações cotidianas, prazeres vividos no dia a dia; na verdade o discente da EJA necessita de uma intimidade conquistada com muito respeito no decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Freire (2003, p.52), “O diálogo crítico é libertador, por isso mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos qualquer o grau em que esteja a luta por sua libertação”. O diálogo é algo fundamental para o processo educacional de cada indivíduo, tais ações levam o cidadão a refletir e lutar por seus direitos e deveres.

Vale destacar que a Educação do Campo surgiu através das lutas dos movimentos sociais por uma educação que atendesse o homem do campo e suas necessidades, uma educação que tratasse de suas realidades, cujo eixo norteador fosse a vivência de cada um. Nessa conjuntura, o maior desafio é sem dúvida a falta de políticas públicas para o homem inserido no campo, outro desafio parte do descompromisso histórico que a educação de jovens e adultos sofre a nível nacional em consequência do desinteresse dos educandos, da falta de políticas que adequem tais educadores a realidades dos educandos do campo.

Direcionando nossa análise para à educação do campo fica mais fácil entender que sua prática é ainda mais problemática porque pouco se faz tendo em vista as reais necessidades do homem do campo.

O MST, Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terras, foi fundado no ano de 1984 em Cascavel. Atualmente está organizado em 24 estados, nas cinco regiões do país. São cerca de 350 mil famílias que, mesmo depois de assentadas, permanecem organizadas, segundo dados do próprio MST 2016. Esse movimento discute tais problemas contribuindo assim expressivamente, através das experiências educacionais realizadas, para à educação do campo, fazendo um esforço para diminuir a redução do analfabetismo entre os jovens e adultos que ali se encontram.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terras (MST) é um movimento que luta a décadas por terra e por mudanças na sociedade, eles se organizam para da terra sobreviver. Desse modo, analisando o ensino da EJA nos assentamentos, sua organização no campo com o sustento oriundos da terra, surgiu a seguinte indagação: Como se dá o ensino da EJA na perspectiva do MST? A partir desse ponto surgiram outros questionamentos ligados ao processo de ensino da EJA: Como o MST tem pensado na Educação de Jovens e Adultos? Qual a concepção de Jovens e Adultos do MST?

Tais indagações levaram-me enquanto estudante/pesquisador a refletir acerca desse processo do ensino de EJA nos assentamentos. Logo, definimos como objetivo geral: perceber como se aplica a educação de jovens e adultos na perspectiva do MST. Enquanto que os objetivos específicos são: discutir a EJA no MST, analisar a metodologia de Educação de Jovens e Adultos desenvolvida pelo MST na Paraíba e descrever a EJA na visão do MST.

Na busca pelo entendimento do funcionamento da EJA nos espaços dos assentamentos na Paraíba, sobretudo, especificamente, no Assentamento Zumbí dos Palmares na cidade de Mari e no assentamento Nova Vivência na cidade de Sapé, selecionamos três professores para responderem um questionário com questões abertas (Apêndice 1).

Fundamentos nosso estudo e pesquisa nos cadernos do MST e da EJA, legislação da educacional da EJA. Para realização de análise usamos a metodologia de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa através de análise de conteúdo.

A execução da pesquisa deu-se em três visitas ao assentamento Nova Vivência, na cidade de Sapé/PB e duas visitas no assentamento Zumbí dos Palmares, na cidade de Mari/PB.

De acordo com GIL (2008, p.41):

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torna-lo mais explícitos ou construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descobertas de intuições. Seu planejamento é, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com

pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulam a compreensão” (SELLETIZ ETAL., p.63).

São várias as motivações para a realização desta pesquisa: a vivência do campo, a identidade campesina, a experiência na educação de jovens e adultos, a formação acadêmica em pedagogia com área em aprofundamento em educação do campo, como também a curiosidade em conhecer os processos filosóficos, teóricos e metodológicos da educação de jovens e adultos no MST.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro capítulo destinado a uma explanação acerca da educação de jovens e adultos e como se dá o ensino de EJA no MST.

O segundo capítulo trata da fundamentação teórica que norteia o trabalho na discussão e reflexão da EJA, discutindo as concepções desta modalidade de ensino no que se refere as políticas educacionais dentro do contexto do Brasil e uma reflexão da concepção da EJA dentro dos movimentos do MST, além de discorrer sobre a importância e contribuição desse movimento social na EJA dentro de uma perspectiva de luta por uma educação de qualidade e igualdade social para todos, na busca de uma educação libertária.

No terceiro e último capítulo, trataremos da análise dos dados coletados na pesquisa e dos estudos bibliográficos de forma contextualizada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO

A Educação de Jovens e Adultos EJA é um programa do governo que oferece o ensino fundamental e médio para as pessoas que não tiveram oportunidades de estudo ou mesmo pessoas que já passaram da idade escolar.

A EJA tem como objetivo qualificar as pessoas adequando a cultura letrada, o público alvo são geralmente trabalhadores (a), empregados e desempregados em situações de vulnerabilidade escolar que tem por direito a permanência aos estudos perante Lei, conforme se encontra na LDB - Lei de Diretrizes e Bases - em seu artigo 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (LDB art.37)”.

O Censo Demográfico de 2010 divulgado pelo IBGE mostra que a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais de idade caiu de 13,63% no ano de 2000, para 9,6% no ano de 2010. A taxa nacional de analfabetismo para os adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos atingia 2,5% em 2010. No total de jovens nessa faixa etária por região, a maior taxa era de 4,9% no Nordeste, onde 502.124 de pessoas de 15 a 24 anos de idade disseram não saber ler e escrever, contra 1,1% no Sul e 1,5% no Sudeste.

A situação mais grave foi verificada nos municípios com até 10 mil habitantes da região Nordeste (7,2%), ao passo que nas cidades com mais de 500 mil habitantes da região Sul, a taxa era de 0,7%. A comparação com o ano 2000 mostra que houve crescimento da alfabetização das pessoas nesta faixa etária, passando de 94,2% para 97,5% em 2010, atingindo valores próximos à universalização. (IBGE, 2010).

Uma pesquisa no ano de 2005 realizada pelo INEP (2010) indica que os jovens acima de 18 anos em situação de analfabetismo correspondem a um índice de 55% de analfabetos.

Ao realizar uma análise sobre o analfabetismo no setor rural, Romanelli (1991, p. 84) entende que “[...] o latifúndio impediu a modernização dos fatores de produção, com isso, a introdução da necessária qualificação mínima que a escola deve dar”.

Partindo desse princípio, Medeiros (2003) destaca que a formação dos assentamentos através da reforma agrária tem sido uma alternativa para a sobrevivência e permanência do homem no campo, suprimindo assim a falta de emprego no meio social em que se encontra inserido.

A luta por terra vem se organizando ao longo das duas últimas décadas assumindo assim a identidade de “Sem terra”, tal expressão nomeia por parte dos governos ações que ajudam a tornar essa realidade real, pois sem a ajuda do governo essa permanência no campo, entre viver da terra e se qualificar para nele habitar, não seria possível.

Neste contexto, vale expressar a dificuldade que o indivíduo do campo enfrenta para a permanência no campo e a continuação dos estudos em sala de aula, tendo essa realidade como uma escolha na qual um não se adequa ao outro. Foi com a luta por terras que tais sujeitos assumiram uma postura de resistência e conquista de direitos, tomando para si a identidade de “sem terra” e, a partir daí, surgiram em todo o país assentamentos rurais, que foram oriundos de várias ações governamentais como terras para os trabalhadores entre outras ações, fomentando com isso a preocupação com a especialização dos que já tinha algum tipo de conhecimento e como atrair os que não tinham esse conhecimento científico, uma vez que muitos dos envolvidos não sabiam nem escrever seu nome.

Contudo, o ensino da EJA no Brasil tem sido alvo de muitas críticas pela decadência que é mostrada visivelmente no processo de como se dá essa educação como maneira de ensinar, seja muitas vezes por parte da falta de políticas públicas dos governos ou até mesmo dos educadores envolvidos, que não procuram qualificarem-se para levar aos educandos da EJA uma aprendizagem de acordo com sua realidade. Esse tem sido o desafio dessa prática pedagógica: adequar o método de ensino com a realidade do indivíduo do campo, formando-o como cidadão integrado e conhecedor de seus direitos e deveres.

De acordo com a LDB 9394/96 (art. 32), as exigências de um ensino da EJA –Educação de Jovens e Adultos, o ensino fundamental deverá ter por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. O ensino médio, conforme a LDB, tem como finalidades: I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e prática (BRASIL, 1996, pág. 23).

O MST tem lutado por essa educação de jovens e adultos no campo, junto com a sociedade civil que a muitos anos vem lutando pela implantação de escolas na zona rural. A I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo aconteceu no ano de 1998, trouxe em debate a recolocação da educação que melhor se adequa a realidade do homem do campo, na agenda política do país, foi a partir desse momento que o termo rural deu espaço para o campo, intensificando a importância dessa educação que trate da vida da identidade do homem que do campo sobrevive e que necessita permanecer no seu habitat.

Na I Conferência reafirmamos que o campo é espaço de vida e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos”. Também foram denunciados os graves problemas de falta de acesso e de Reforma agrária é o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de entender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade no campo (MEDEIROS, 2002 p.22).

Vedramine (2007) afirma que o crescimento das escolas no campo não conseguiu a garantia no mínimo de escolaridade para o homem do campo e com isto os problemas educacionais persistem como: evasão escolar, repetência e analfabetismo. São frutos de outros problemas que dificultam a permanência dos jovens e adultos nas escolas do campo que vai além de inexistência de escolas no campo, professores não capacitados para o ofício, a distância das escolas até as casas dos alunos, turmas multisseriadas que atrapalham o aprendizado dos alunos, os conteúdos que seguem as proposta municipais e estaduais de educação que distancia o sujeito que vive no campo de sua realidade.

Neste contexto, o MST preocupa-se com o baixo índice de escolarização da população de jovens e adultos e vem reivindicando escolas e cursos de alfabetização de adultos no interior dos assentamentos rurais. O PRONERA, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, atende projetos que demandam a educação do campo, tais projetos são: Alfabetização de jovens e adultos no ensino fundamental em áreas de reforma agrária; capacitação para educadores para o ensino fundamental; formação para professores (as) de áreas de reforma agrária nível médio na modalidade normal ou superior por meio de licenciaturas; formação profissional técnico ou superior em diferentes áreas do conhecimento voltado ao desenvolvimento do campo (CARVALHO, 2006).

Nos assentamentos do Ceará a EJA no campo tem sido efetivada através de parceria entre o PRONERA, Universidade, MST e INCRA, dando oportunidade dos jovens e adultos aprenderem a ler e escrever o próprio nome e também redigir documentos relativos à realidade de como eles vivem no campo e que necessitam ter o mínimo de conhecimento possível da

escrita e da leitura. O INCRA concedeu a titulação coletiva do uso da terra aos assentados no ano de 2006, logo após a posse da terra a maior preocupação da liderança do MST era a quantidade de pessoas adultas que se encontravam em situação de analfabetismo, e ou dos jovens que precisaram interromper os estudos por falta de escolas no campo (LIMA, 2016).

Por intermédio do INCRA o movimento reivindicou junto ao poder federal a construção de uma unidade escolar que viesse atender as necessidades educacionais dos jovens e adultos assentados, os mesmos carregam sobre si um histórico de idas e vindas à escola tentando continuar seu processo de escolarização, alguns desses sujeitos foram obrigados a desistirem da escola por necessidade de trabalho ou por terem dificuldades de aprendizagem.

A metodologia aplicada neste projeto é diferenciada dos demais, pois os conteúdos precisam estar de acordo com a realidade do homem do campo, centrado nos princípios da educação popular, orientando-se por uma perspectiva libertadora e baseada na concepção freireana através de temas geradores, ou seja, o currículo do programa foi elaborado a partir dos interesses e do fazer cotidiano dos educandos assentados.

Os professores apontam como desafios a falta de material didático seguido do atraso no pagamento de ajuda de custo para o educador, as salas de aula que não oferecem uma estrutura adequada, falta de material entre outros. Apesar deste quadro negativo, os assentados reconhecem que a cartilha, apostilas e livros adotado pelo PRONERA eram adequadas as suas realidades, tal aceitação se trata de o material abordar situações que coincidem com as que eles vivem na realidade do assentamento, além de levar os mesmos a refletirem sobre suas formações na sociedade.

A revista acadêmica da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Educação e Realidade publicou em 2015 seu terceiro número uma edição organizada por professores da Universidade Federal do rio Grande do Sul (UFRGS) na qual abordam a educação do campo, tal discussão sobre a temática torna-se relevante visto que 38 instituições de ensino superior, universidades federais, começaram a ofertar cursos de licenciatura com formação em diversas áreas do conhecimento. Daí surgiram desafios para a implementação desses cursos como a didática metodológica, pois seu funcionamento está alicerçado na pedagogia da alternância (REVISTA EDUCAÇÃO E REALIDADE, 2015).

Desse modo é fundamental alternar o tempo de estudos entre a comunidade e a universidade. Nesse caso, o respeito e a valorização do trabalho no meio rural é fundamental para o andamento do processo educacional no campo. Considerando a afirmação de Caldart (2005) “[...] de que o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive [...] o povo tem direito

a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura e suas necessidades humanas e sociais”.

Tais anseios vêm acontecendo com o surgimento de parcerias entre as instituições de ensino federais, PRONACAMPO, INCRA, que atendem como público alvo o cidadão que vive no campo. No ano de 2012 o PRONACAMPO e o MEC organizaram um edital para que as instituições Federais de educação oferecessem cursos em licenciatura em educação do campo com o objetivo de formar professores da educação básica das escolas do campo com um currículo específico fundamentado na realidade por eles vivida no campo.

A licenciatura em educação do campo busca capacitar educadores sensíveis que compreendam a realidade do campo, suas necessidades e valores culturais. A ideia é que nada melhor que ter a escola funcionando na comunidade, desse modo todos os envolvidos terão a capacidade de retratar a sua vida, sua realidade no campo, valorizando a cultura, as identidades locais. Tais ações são de grande importância para que o processo educacional aconteça.

Nessa perspectiva, as ações realizadas pela comunidade precisam ser desenvolvidas de modo que o indivíduo tenha espaço coletivo para discutir ações do seu dia a dia, como por exemplo, mutirões para melhorar a infraestrutura básica para o funcionamento da escola e etc. No entanto, para que essas atividades se concretizem é preciso superar vários desafios que englobam dividir o tempo entre escola, universidade e comunidade.

O conhecimento adquirido na escola e as atividades externas a sala de aula apontam-nos para uma reflexão que sinaliza o vínculo entre escolas e as lutas sociais e que nos faz perceber que o currículo se organiza de acordo com as áreas de conhecimentos previstos para a docência multidisciplinar: (I) Linguagens e códigos; (II) Ciências humanas e sociais; (III) Ciências da natureza; (IV) Matemática e (V) Ciências agrárias.

2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DO MST

Mais do que uma metodologia de alfabetização, Paulo Freire construiu uma concepção de educação como processo de humanização, ou seja, de libertação e/ou emancipação subjetiva e coletiva, que se constrói junto com o movimento, operando a sua modificação e por ele sendo modificado. Nesse sentido, o MST proporciona aos seus militantes o alargamento da cidadania, resgatando um princípio fundamental de toda República que é a construção da cidadania enquanto expressão direta dessa República, pois o princípio básico de todo cidadão é ter direito à educação. E a base desse acesso está na alfabetização, já que, em uma sociedade letrada e

informatizada, dominar a linguagem escrita é condição para que as pessoas possam não só defenderem seus direitos expressos na Constituição, mas, além disso, possam construir outros mundos possíveis, que rompam com a lógica da separação entre um saber letrado e um popular, entre o saber erudito e escolar em contraposição ao saber popular.

No livro *Pedagogia do Oprimido*, escrito por Freire no ano de 1968, enquanto estava exilado no Chile, e publicado no Brasil no ano de 1974, contém dois conceitos fundamentais na pedagogia de luta do MST: a conscientização e a libertação. “A libertação é a ‘Vocação ontológica da humanidade’, enraizamento na opção de transformação da situação real e opressora em que vivem os oprimidos, ‘práxis da busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.’” (FREIRE, 1983, p.31).

Nessa perspectiva, coerente com os princípios freireanos, o MST assume como princípios pedagógicos do Movimento a relação entre teoria e prática como práxis; a formação continuada dos seus educadores; o significado social dos conteúdos; a realidade como base da produção do conhecimento; educação para e pelo trabalho, como forma de aprendizado e apego a terra; vínculo orgânico entre os processos educativos, políticos e econômicos, cooperativismo e administração; vínculos orgânicos entre educação e cultura; gestão democrática da educação no movimento; a auto organização dos educandos; a criação de coletivos pedagógicos (MST, 1996).

De acordo com os/as militantes, o que movem as pessoas são as necessidades, mas o que os mantêm em movimento são os objetivos, princípios e valores. E as educadoras e os educadores do MST são movidos pelos princípios da pedagogia de Paulo Freire, expressão, segundo Miguel Arroyo, de uma “concepção e práticas pedagógicas construídas e reconstruídas nas experiências sociais e históricas de opressão e nas resistências dos oprimidos, dos movimentos sociais pela libertação de tantas formas persistentes de opressão.” (FRIGOTTO 2012, p. 554). Afinal, como já sentenciou Freire, “quem melhor do que os oprimidos se encontrará preparado para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pelas práxis de sua busca” (FREIRE, 1983, p. 32).

Assim, é assumindo suas contradições e buscando a construção do inédito viável que o MST, enquanto movimento social, carrega um saber pedagógico fundamentado na pedagogia do oprimido, construindo assim uma educação em que os próprios oprimidos constroem sua libertação.

A análise das relações entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o trabalho e a exclusão social nos levam a um permanente olhar desses processos em duas direções fundamentais. Por um lado, é necessário estarmos atentos às contraditórias transformações que

precarizam a vida de milhões de seres humanos, negando-lhes os direitos mais básicos como educação, saúde, moradia, acesso à terra, dentre outros processos de desumanização a que são submetidos os sujeitos sociais. Por outro lado, manifestam-se intensas lutas pelos direitos humanos e manifestações de mobilização coletiva, vindas dos excluídos e oprimidos nos movimentos sociais e das experiências de lutas democráticas pela emancipação humana.

Podemos citar algumas ações da EJA no MST no Brasil para compreendermos como se dá o processo pedagógico, por exemplo, existe a Brigada de alfabetização “Sim, eu posso” em Alagoas, e também no Maranhão, em alguns estados criaram parcerias com o programa Brasil Alfabetizado, MST (2017).

O método de ensino “Sim, eu posso” consegue fazer o indivíduo aprender a ler e escrever em um pequeno período de quatro meses. A primeira parte é trabalhada com ajuda de vídeos aulas, uma teledramaturgia (telenovela) e com acompanhamento de um educador preparado para utilizar este método em sala de aula. Após os quatro meses avançam para o chamado “Círculos de cultura”, é uma metodologia de educação popular baseada nas propostas do educador Paulo Freire. Nesta fase, quatro temas dão a linha para o aprendizado: cultura, trabalho, participação e história.

No MST as concepções de EJA consiste em garantir o acesso ao saber dos jovens e adultos das áreas de assentamentos do MST e fortalecer à escola em movimento, garantindo à educação como um direito de cidadania necessário à inserção social consciente, crítica e participativa dos trabalhadores rurais sem-terra, buscando fortalecer a prática de novos valores entre os assentados(as) e acampados(as), contemplando às questões étnicas de gênero, direitos humanos e agroecológicos, contribuindo para a elaboração de novas metodologias de ensino do campo, a partir de experiências da alfabetização contextualizada na luta pela terra. PPP MST (2017).

Na Paraíba existem, na educação do campo, 120 turmas do Programa Brasil Alfabetizado no litoral do Sertão; sendo 28 turmas nos municípios de Mari, Bananeiras, Solânea e Araçagi, as chamadas PEJA escolarização em que se discutem questões como a valorização dos assentados e acampados, levando-os a discussões sobre a reforma agrária, norteando-se pelas Diretrizes Operacionais da Educação da Educação Básica do Campo, considerando principalmente a especificidade dos processos formativos humanos dos sujeitos assentados e acampados no conjunto de suas ações e práticas político-educativas vivenciadas no interior do Movimento Sem-terra. MST (2017)

No estado da Paraíba também existem parcerias que facilitam o processo de erradicar o analfabetismo, porém ainda se encontra muito longe de acontecer, falta estrutura, material e um

processo de convencimento das pessoas que ainda não tiveram acesso aos programas. É que algumas pessoas ainda não se convenceram que aprender a ler e escrever seu nome, tornarem-se capazes de opinarem e criticarem, lutarem por seus direitos e deveres é uma forma de se enquadrarem na sociedade em que vivem.

Como foi citado anteriormente, para os princípios do MST esse processo de escolarização não começa em aprender a ler e escrever, começa no processo de conscientização dos sujeitos que passam a tomar posse de suas escolhas e ações. Tal educação faz-se em um processo no qual educador e educando transforma-se juntos.

É uma luta permanente de resistência para organizar as políticas da sociedade, nos mais de 30 anos do MST tiveram muitas tentativas de construções pedagógicas, as quais fazem o movimento viver em constante luta valorizando a experiência coletiva na leitura de mundo.

De acordo com Miguel Arroyo,

Nessa prática-movimento de educação, ou nessa prática ético-política-educativa, foi sendo elaborada essa concepção de educação, baseada em leituras da educação aprendidas de Paulo Freire pelo coletivo de educadores e em leituras dos processos que acontecem nas vivências da opressão e da libertação dos oprimidos (ARROYO, 2012, p. 25)

Os educadores (as) são agentes ativos que compõem essa dinâmica de movimentos na sociedade, movimentos de construção e reconstruções pedagógicas que acontecem nas informações, concepções e contradições em um meio que necessita ser mudado.

O MST traz uma proposta de educação que é uma bandeira de luta que ocupa espaços e vai de contraposição da proposta tradicional. Nesse contexto, a EJA do campo faz o indivíduo caminhar por uma pedagogia própria em que o constrói sua própria história, colocando-o em movimento, em uma ação permanente.

2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA BREVE EXPLANAÇÃO

Entre 2002 e 2009, segundo dados do Ministério da Educação (MEC), mais de 24 mil escolas do campo foram fechadas no Brasil. Estamos assistindo ao extermínio do ensino voltado às populações historicamente pobres e condenadas à ignorância. Grande parte dos analfabetos brasileiros encontra-se justamente nas zonas rurais. Em vez de corrigir erros do passado e proporcionar condições dignas a esse público, a opção tem sido realocar esses estudantes em escolas urbanas, quilômetros e horas distantes de suas moradias, isso para as crianças, porque para a EJA torna-se ainda mais difícil, pois essa migração para as escolas urbanas seria algo

praticamente impossível por vários motivos, entre eles, o cansaço. Ou seja, o cidadão do campo trabalha o dia todo e a noite encontram-se cansado para enfrentar mais um desafio. O principal argumento por parte do governo, no que se refere a implantação de escolas na zona rural, é financeiro: escolas no campo são muito caras.

Em 2010, 88% dos estudantes da Educação Básica brasileira estavam matriculados em escolas urbanas. Deduz-se então que os 12% restantes estudam na zona rural. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) é clara na garantia dos direitos dessa minoria ao afirmar que, "na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região" (art. 28). Segundo a legislação, os camponeses e seus filhos deveriam ter assegurados organização escolar própria, calendário escolar adaptado, conteúdos curriculares e metodologias apropriadas as reais necessidades e interesses da zona rural (incisos I, II e III art. 28). Porém, há fortes indícios de que os administradores públicos não estão respeitando esses preceitos.

O segundo movimento favorável a educação do campo vem com a campanha *Fechar Escolas É Crime*, na qual intelectuais, organizações não governamentais e sindicatos denunciam o ataque à Educação do campo, cobrando intervenção das autoridades para defenderem os direitos dos camponeses. A população urbana não tem o direito de impôr os seus modos de vida, objetivos e maneiras de se relacionar com o mundo a ninguém.

A escola do e no campo é uma forma de assegurar o respeito às culturas locais. Constitui um espaço de valorização da história e da relevante função social do povo que vive na zona rural. Seja no cumprimento da legislação já existente, seja no aperfeiçoamento e no fortalecimento de novas normas, os gestores brasileiros podem e devem se posicionar nesse "campo" em disputa. A Lei nº 2.705/1997 do Estado do Rio de Janeiro, objetivando mapear toda a população em idade escolar, determinou que todas as instituições de ensino das redes estadual e particular do estado do Rio de Janeiro são consideradas postos de cadastramento.

Dessa forma, os responsáveis por crianças e adolescentes fora da escola ficaram obrigados a comparecerem a uma delas e prestarem as informações pedidas pela Secretaria de Educação. A lei também estendeu a obrigatoriedade de cadastramento a todos os já matriculados nas referidas escolas, criando assim um registro da população atendida.

A legislação se propõe a ir além da simples contagem e catalogação de pessoas e criou "um serviço destinado a controlar, fiscalizar e supervisionar as ações relativas à obrigatoriedade escolar, notadamente para erradicar a evasão, que atuará em colaboração com o Município e com os demais órgãos e entidades que se destinam à proteção dos direitos da criança e do

adolescente". Há ainda obrigações previstas para as escolas, que precisam comprovar a participação no censo escolar do MEC para se regularizarem no sistema estadual de ensino. Com base nesse exemplo, os municípios poderiam criar normas parecidas, cadastrando as pessoas sem vagas na Educação Infantil, os analfabetos e os jovens e adultos que não têm a escolarização básica. Ter ciência das reais necessidades é um passo essencial para garantir o direito à Educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa possibilitou um estudo acerca da metodologia trabalhada na educação de jovens e adultos. Fez-nos perceber que atualmente muitos educadores se baseiam na metodologia do educador Paulo Freire, precursor da modalidade de ensino EJA. Através desse estudo buscou-se compreender sobre a importância dessa prática pedagógica e seus desdobramentos na vida dos alunos e dos docentes que atuam nessa modalidade de ensino.

Considerando que a modalidade de ensino EJA tem papel essencial na aprendizagem, acredita-se que uma pesquisa contribui para uma melhor compreensão de como é o trabalho realizado no ensino de EJA no campo, sobre as práticas e políticas públicas dirigidas a essa modalidade de ensino, que é destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino em idade correta. Portanto, a educação de jovens e adultos deve possibilitar igualdade de condições.

Para este estudo, foi plausível a pesquisa em cadernos do MST e EJA, com ênfase numa educação igualitária para os jovens e adultos do campo.

As entrevistas foram realizadas com três professores da EJA de escolas distintas, mas com a mesma característica exigida pela pesquisa, que é escola do campo em assentamentos. A entrevista foi composta de dez perguntas, que foram respondidas de forma longa e curta, de acordo com cada entrevistado.

Percebemos nos discursos das entrevistas, o grau de conhecimentos sobre o ensino da EJA e sua relação com os movimentos do campo, na perspectiva de uma educação de qualidade para os jovens e adultos do campo nos assentamentos. É possível também perceber, através dos discursos, as fragilidades na formação desses professores.

A educação de jovens e adultos nos assentamentos, vai além de ensinar a ler e a escrever. Deve ser uma educação que fortaleça a identidade social e cultural do povo do campo, valorizando seu contexto rumo ao fortalecimento e permanência desse povo do campo para o campo. Deve se propagar e vivenciar uma educação libertária que possibilite o povo do campo sempre SER MAIS.

TABELA 1- INDETIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Escola	Professor da EJA	Capacitado para o Ensino na EJA
E1	P1	Sim
E1	P2	Sim
E2	P3	Sim

FONTE: Os professores entrevistados (2018)

Legenda: E, Escola; P: professor.

O primeiro passo da coleta de dados foi através de um questionário com perguntas abertas, aplicado a três profissionais que atuam na EJA. Tais questionários foram fundamentais para coletar informações aprofundadas e significativas através das posições, percepções, opiniões dos sujeitos envolvidos no processo de inserção e permanência na EJA acerca de motivação entre outros aspectos referentes à formação desses profissionais e suas experiências na educação do campo nos assentamentos.

Logo após a Coleta de Dados, procedeu-se com o processo de análise de dados que seguiu todas as etapas que compõem a análise de conteúdo: no primeiro momento a transcrição dos dados, posteriormente a leitura flutuante e a unitarização dos dados. No entanto, buscando extrair conclusões analíticas. Assim, as informações coletadas foram cuidadosamente analisadas para se evitar interpretações indevidas.

Isso nos permitiu organizá-las em quatro categorias de análise: “movimentos sociais e capacitação”, “a relação da EJA com os movimentos sociais”, “a metodologia aplicada” e “as dificuldades na EJA no MST”. Em seguida, realizamos a análise e interpretação dos resultados.

3.1 CATEGORIAS

3.1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E CAPACITAÇÃO

A formação do professor de EJA se dá a partir do momento em que ele resolve interagir com outros sujeitos movidos por motivos pessoais e coletivos. A formação no espaço educativo é algo de muita importância principalmente na educação do campo, modalidade que necessita trabalhar com as experiências do cidadão do campo.

Dito isso compreendemos que existe capacitação dentro dos movimentos sociais assim como relata os professores:

Enquanto movimentos sociais do campo, buscamos sim formações que possibilite o conhecimento científico a fim de sistematizar, com ações cotidianas de nossos educandos, pois para nos dos movimentos sociais as formações e sistematização do saber não ocorre somente nos espaços formais, existe toda uma formação coletiva que possibilita a sistematização de saberes que fundamentam e regulam a vivência da comunidade (P 1).

Sim, ter sempre a busca contínua do conhecimento e expor o conteúdo e que eles identifiquem e reconheçam o que está sendo aplicado de forma voltada para suas realidades (P2).

Sempre, pois o assentamento sempre está em movimento e nós temos que acompanhar para passar para os educandos dos assentamentos (P 3).

Tais relatos relacionam-se com o pensamento de Garcia (1999) que afirma,

A formação de professores é a área de conhecimentos, investigação e de propostas teóricas e práticas que, no âmbito da Didática e da Organização Escolar, estuda os processos através dos quais os professores - em formação ou em exercício - se implicam individualmente ou em equipe, em experiências de aprendizagem através das quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e disposição, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem (GARCIA, 1999, p. 26);

Considerando o exposto, percebemos nas falas dos profissionais que se submeteram a responder o questionário que existe capacitação, embora todos responderam com particularidades, mas todos afirmam que os professores da EJA nos assentamentos procuram se capacitar para atenderem a necessidade da educação do campo nos assentamentos.

Em todos os casos podemos dizer que os professores buscam se capacitar, procurando conhecimento científico para assim incrementar suas experiências com seus discentes nos assentamentos. Para eles o ensino da EJA lhes possibilita ensinar e aprender. É assim que, de fato, deve-se trabalhar nesta modalidade.

É um conjunto de ações interligadas que propiciam saberes as partes envolvidas, pois quando os educadores estão aptos a sistematizar os conhecimentos juntamente com os discentes temos uma apropriação de saberes que são vivências do dia a dia dos educandos, que podemos mesclar os conteúdos escolares, propiciando conhecimentos e valorizando as trajetórias das pessoas.

3.1.2 RELAÇÃO DA EJA COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Outro aspecto muito importante que podemos notar foi sobre o questionamento acerca da relação entre a educação de jovens e adultos com os movimentos sociais. As respostas continuam sendo diferentes, mas com características comuns em relação ao convívio do professor com o movimento, tal qual podemos identificar nas falas a seguir:

Desde o acampamento aprendemos juntos, conquistamos juntos, sofremos e adquirimos juntos, MST possibilita aos agricultores a formação e organização social para estar na terra e dela ter o sustento e condições de vida dignas para o camponês. São discutidos nos espaços formais e não formais as vivências dos sujeitos que são alunos/agricultores sendo pontuadas suas necessidades e como pode estar sendo solucionada (P1).

Tem tido bastantes resultados positivos na educação do campo com a EJA, dando oportunidades ao agricultor a voltar para a escola, mostrar que nunca é tarde para recomeçar (P2).

É uma relação muito saudável pois partimos através do diálogo, saber ouvir uma ideia diferente da nossa é algo muito importante no MST, partimos para a reflexão da importância de voltar a escola (P3).

A relação entre os professores e os discentes nos movimentos mostra o quanto é fundamental que haja uma boa convivência. Para que o desenvolvimento da EJA seja eficaz é necessário que o sentimento de companheirismo esteja entre os envolvidos na educação do campo. Os alunos/agricultores necessitam de políticas educacionais que atendam suas necessidades no MST. Eles enfrentam uma difícil tarefa de trabalho árduo no período diurno e quando chega a noite estão cansados fisicamente e ir à escola será sempre um grande desafio, nesse processo muitos, por necessidades, acabam deixando a escola, pois o trabalho é o seu sustento.

Tal relação condiz com o pensamento de Esteve (1999). Por outro lado, podemos perceber que um certo prestígio da profissão docente ainda permanece intacto, pois há uma fonte de motivação que vem de dentro das pessoas e que é alimentada pelo prazer de ver nossos alunos obterem sucesso na vida profissional.

Diante de tais questionamentos, verificamos três respostas bastante diversificadas, porém com o mesmo tom de vivência propostos pela a EJA no MST, que é a maneira como se dá o relacionamento da educação de jovens e adultos dentro do MST.

3.1.3 METODOLOGIA APLICADA

Outro fator importante que podemos perceber nos relatos escritos em respostas ao questionário foi sobre a metodologia aplicada na EJA nos assentamentos, sempre surgiram dúvidas em relação ao uso de tal metodologia, se o professor seguia o movimento ou usava uma metodologia posta pelas secretarias de educação municipais ou estaduais.

Para isso verificamos a seguir tais relatos dos professores envolvidos na EJA em assentamentos diferentes:

O processo metodológico é o embasado na perspectiva e aprendizagem do aluno, seguindo as exigências dos documentos existentes para a EJA. Ao iniciar o ano propomos aos alunos um diálogo e neste ouvimos as indagações e necessidade onde mediante o que pontuam direcionamos os planos de aula, curso e demais ferramentas de ensino para atender suas expectativas, abordando as temáticas propostas para a modalidade. Então seguimos os conteúdos de forma que contribua praticamente na vida do educando (P1).

As metodologias são temas geradores e suas realidades da agricultura, isso não impede que não trabalhe os livros didáticos fornecidos pela secretaria de educação municipal mais a prioridade é seguir a realidade do campo (P2).

Trabalhamos sempre com temas do campo mais abordamos outros temas mais abrangente que possibilite trabalhar o campo e suas particularidades, e as vezes usamos os livros didático que a secretaria disponibiliza, mas no geral entendamos a necessidades de trabalhar a realidade do camponês (P3).

Dessa forma observamos nos relatos dos professores semelhanças, isso significa dizer que o MST tem um método de organizar-se em relação a que metodologia seguir priorizando e valorizando as experiências vividas em sua realidade.

Diante dos relatos podemos relacionar com o pensamento de Bruyne (1991), a metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma “metrologia” ou tecnologia da medida dos fatos científicos.

Conforme o entrevistado P1 relata em sua resposta que o diálogo tem sido uma maneira de como detectar as reais necessidades para assim entender que metodologia seria mais viável no decorrer do processo de alfabetização. O entrevistado P2 relata que os temas geradores são trabalhados, mas que os livros didáticos e práticas de aula é a metodologia que se aplica em sua sala de aula assim como o entrevistado P3 que tem a metodologia pautada em livros, mas que também usa os temas geradores do campo.

3.1.4 DIFICULDADES ENFRENTADAS

Outra categoria que analisamos foi sobre as dificuldades que o professor de EJA enfrenta nos assentamentos, os desafios que os envolvidos têm enfrentado na sua vivência já que o MST é um campo de luta e resistência. Sobre as dificuldades observamos o que os entrevistados relataram:

Para nós dos movimentos enfrentamos vários desafios como a falta de professores qualificados e interessados na vida dos estudantes, a falta de recursos adequados para lecionar, a difícil locomoção dos alunos, a falta de políticas públicas voltadas para a melhoria do ensino da EJA (P1).

Vejo várias dificuldades, mas na verdade o que mais falta é encontrar um professor que exerça seu papel com prazer e amor, entre outras dificuldades que muitas as vezes tem ocasionado a desistência do discente no professor de alfabetização (P2).

Temos muitas dificuldades em diminuir a evasão na sala de aula, lutar para a permanência dos discentes tem sido um grande desafio, além de outros que são muito comuns na sala de aula (P3).

Tais relatos relacionam-se com o pensamento de Gadotti (2008, p.17) que afirma “No mínimo, esses educadores precisam respeitar as condições culturais do jovem e do adulto analfabeto. Eles precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o saber popular.”

Para o P1 os desafios são o que se vê na educação e quando se trata do campo essas dificuldades são mais intensas.

Já o P2 enfatiza a qualificação do professor que vai ao contrário do que foi relatado por ele mais adiante na categoria 1, levando a entender que a capacitação existe, mas o problema se dá no indivíduo envolvido.

Enquanto o P3 engloba em geral as dificuldades mais comuns existente em sala de aula. Na visão dos entrevistados as dificuldades são encaradas como desafios e isso os coloca como pessoas envolvidas para que a EJA tenha o máximo de êxito, que seja capaz de transformar cidadãos críticos e capazes de opinarem e reconhecerem seus direitos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltando ao foco de nossas análises é fácil perceber que a conjuntura é ainda mais problemática para a escola do campo, porque pouco se faz tendo em vista as reais necessidades da população do campo. A falta de políticas públicas, que garantam melhores condições de funcionamento das escolas do campo, edificou-se ao longo da história através da negação do mesmo como lugar de vida em que muitos sujeitos construíam e constroem sua trajetória.

O presente estudo possibilitou refletir sobre o ensino de EJA na perspectiva do MST, a sua prática educativa. Cabe ao educador dessa modalidade de ensino refletir sobre sua prática pedagógica, além da compreensão de ser esse um processo de grande responsabilidade social e educacional, no qual o docente é o mediador do conhecimento. No sentido de avançar no conhecimento, possibilitando novas aprendizagens.

A EJA tem papel fundamental no impulso do conhecimento, tendo um grande potencial de tornar o espaço de aprendizagem em um ambiente propício para sanar dúvidas, medos e questões, o que permite ampliar o desenvolvimento intelectual. Através do reconhecimento da vivência dos alunos pelo professor, o mesmo pode fazer com que a educação tenha sentido para seu aluno através da mediação do conhecimento.

Ao educador cabe a construção e socialização dos conhecimentos, tornando os sujeitos da EJA críticos com valores e atitudes formadas, partindo de uma postura ética e transformadora. A literatura aqui exposta revelou que toda prática não está somente fundamentada no curso de formação ou formação continuada e busca pelo saber, mas a formação teórica propicia uma práxis transformadora da EJA.

A EJA é um elemento fundamental para fazer com que os sujeitos acreditem e permaneçam para a conclusão de seus estudos, no sentido de acolhê-los, contrariando a exclusão um dia vivida por eles. Nesse sentido, a EJA tem a função reparadora e equalizadora, traz os reflexos da transformação social, na possibilidade de construir uma sociedade emancipada. Por isso não é possível negar que a educação é um ato político.

Os resultados dessa pesquisa permitem inferir que o professor em alguns momentos de suas práxis se utiliza da metodologia de Paulo Freire, trabalhando com os alunos temas geradores, embora sejam esses momentos diminuídos pelos constantes obstáculos que dificultam a sua efetivação.

Alguns obstáculos foram apontados como as salas multisseriadas, a falta de recursos metodológicos e políticas educacionais de apoio para sua efetivação. O destaque dado pela professora a esses elementos coloca para o Estado a necessidade de superar essas lacunas por

meio de novas políticas voltadas para esse público específico. Além disso, fica evidente a necessidade e demanda de uma maior organização, seja dos professores através dos sindicatos e organizações sociais, seja da comunidade escolar como um todo para impor políticas educacionais voltadas para a EJA do campo, visando melhorar e superar as lacunas evidenciadas nessa pesquisa.

Para guia de conclusão, essa pesquisa buscou evidenciar a importância da EJA e do ensino no campo, como um meio para inserir aqueles alunos que foram segregados ou marginalizados da escola, sendo impedidos de concluírem os estudos em idade própria. Buscou contextualizar, embora de forma sintética, os desdobramentos históricos da EJA no Brasil e partiu da análise de um método específico para a educação da EJA sobre a perspectiva do MST.

Embora não seja esse método dominante, o mesmo auxilia os professores com posturas e formas de comportamento que orientam suas práxis em sala de aula, na busca de uma formação mais humana, de forma a contribuir para que a escola pública cumpra com seu papel social que é a transmissão de conteúdos científicos historicamente produzidos e acumulados pela humanidade e simultaneamente formar sujeitos críticos e interventores da realidade.

Quando voltamos o foco de nossas análises para a escola do campo é fácil perceber que a conjuntura é ainda mais problemática, porque pouco se faz, tendo em vista as reais necessidades da população do campo. A falta de políticas públicas que garantam melhores condições de funcionamento das escolas do campo edificou-se ao longo da história, através da negação do mesmo como lugar de vida, em que muitos sujeitos construam e constroem sua trajetória.

REFERÊNCIAS

ARMANDO, Luiz, REVISTA EDUCAÇÃO E REALIDADE - FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - PORTO ALEGRE - RS – BRASIL, volume 40. Número 3, 2015.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticia_visualiza.php?id_noticia=1375&id_pagina=1. Acesso em 10 de julho de 2018.

_____. Ministério da Educação – MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Brasil, Disponível em: <http://www.inep.gov.br>, acesso em 10 junho de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasil, Disponível em: <http://www.mda.gov.br>, Acesso em 21 julho de 2018.

_____. INEP. <http://www.inep.gov.br/> acesso em 12 de agosto de 2018.

_____. INEP. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 18 de setembro de 2018.

BRUYNE, P. de et alii. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CALDART, Roseli Salette. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. Texto apresentado no Seminário Estadual da Educação do Campo Promovido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná de 9 a 11 de março de 2004.

CAMARGO, Clarice Carolina Ortiz de; RICHER, Leonice Matilde; MENDES, Rafael Martins; FERREIRA, Sirlei Aparecida Martins. **Concepção de educação do MST: uma análise a partir da ENPED**. Ver. Ed. Popular, Uberlândia, v. 13, n.1, p.36-52, jan. /jun. 2014.

CUNHA, Gustavo. **PERCURSO E AÇÕES DO MST**. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, Tocantins. VOLUME 1, Nº 2, julho/dezembro, 2016.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA (orgs.). Maria. Ensino médio. **Ciência, cultura e trabalho**. Brasília, MEC.SEMTEC, 2004.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta**. 10. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO DO BRASIL. **Censo 2010: cai taxa de analfabetismo no País**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/11/censo-2010-cai-taxa-de-analfabetismo-no-pais> acesso>. em 08 de novembro de 2018.

LIMA, Nara Lucia Gomes. **Percursos Educativos e Ações do MST: A EJA do Campo no Assentamento Bernardo Marin II, Russas/ Ceará**. 2009.

MARCELO GARCIA, Carlos. **Formação de Professores**. Para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora 1999.

MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 08 de novembro de 2018.

MEDEIROS, Lucineide Barros. **Parceria e dissenso na educação do campo: marcas e desafios na luta do MST**. 2010. 243f. Tese. (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2010.

PESQUISA NACIONAL DA EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PNERA). Brasília – DF, abril, 2005. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Pesquisa+Nacional+da+Educação+na+Reforma+Agrária/fad04a20-fdab-40d1-b22a-94e561e7b87a?version=1>. Acesso em 25 agosto de 2018.

SANTOS, Edivaldo dos. **Experiência de EJA no acampamento Irmã Alberta do MST**. Caderno de Pedagogia. São Carlos, ano 6 v. 6 n. 12, p. 60-70, jan-jun 2013.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. **A Educação de Jovens e Adultos e os Movimentos Sociais do Campo**. EJA em Debate, Florianópolis, ano 2, n. 3.dez. 2013.

TIEPOLO, Elisiane Vitória. **Construções e Reconstruções da Alfabetização de Jovens e Adultos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Curitiba: UFPR, 2016.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CURSO: PEGAGOGIA DO CAMPO
TCC- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Pesquisa: **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DO MST**

Pesquisador: Antônio Laurentino da Silva

Orientador:

Entrevistado (a): _____

QUESTIONÁRIO

Este questionário tem como objetivo compreender a Educação de Jovens e Adultos nos Assentamentos, contendo perguntas abertas considerando a realidade dos envolvidos neste processo educacional. Neste sentido, busca a compreensão dos possíveis desafios, estratégias e avanços dentro da EJA na perspectiva do MST.

01- Qual a escola que você atua?

02- O que lhe chamou a atenção na EJA do MST?

03- Como é ensinar na EJA no MST?

04- Existem capacitação para os professores da EJA?

07- Quais as metodologias utilizadas?

09- Que aspectos você destacaria da EJA no MST?

10- Quais as dificuldades da EJA no MST?